

RESENHA DA A PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS NO BRASIL

REVIEW OF THE CULTURAL HERITAGE OF ARCHIVES IN BRAZIL

Recebido em: 06/08/2024

Aceito em: 02/10/2024

Publicado em: 16/10/2024

Henrique Antônio Trizoto¹ 

REFERÊNCIA DA OBRA RESENHADA: COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **Patrimonialização cultural de arquivos no Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. 391 p.

Palavras-chave: Arquivos; Patrimonialização Cultural; Francisco Alcides Cougo Júnior.

CRENCIAIS DO AUTOR E DA OBRA: O livro A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, de autoria de Francisco Alcides Cougo Júnior que é natural de Rio Grande / RS. É Professor Adjunto do Departamento de Arquivologia, Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2021). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (2008). Entre 2004 e 2010, atuou na área de História & Música, Direitos Humanos e Comunicação. A tese que resultou na presente obra empregou uma perspectiva histórica a partir de um viés guiado pelo método dialético e com caráter qualitativo e olhar indutivo. Sob a ótica historiográfica se insere na linha da História Social com ênfase, de acordo com a linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, na linha Políticas de memória e patrimônio no MERCOSUL.

RESENHA

A atualidade da obra escolhida se dá principalmente pelo cenário cada vez mais complexo de luta pela hegemonia das narrativas e dos processos históricos. A partir disso, a tese da obra versa sobre a conformação do patrimônio se dá sempre pela via processual e que, portanto, seus resultados são passíveis de interpretação. Neste sentido, o patrimônio cultural arquivístico resultante do processo é uma tipificação reconhecida por seus vínculos com a história, as tradições, os costumes culturais, o modus operandi administrativo, as formas de expressão e as marcas do desenvolvimento técnico, científico e social do país. Trata-se, pois, de uma produção deliberada, ligada às formas de registro de atos, decisões, modos de agir e de

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Prosc Capes II.
E-mail: 191485@upf.br

pensar. Por tudo isso, não é essencialista, mas sim cultural e socialmente suscetível aos embates, disputas e conquistas que marcam o Brasil enquanto nação.

As questões norteadoras da pesquisa: Como se configura a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil? Quem são os agentes institucionais do processo? Que papéis desempenham? Como eles se comportam enquanto ativadores deste patrimônio? Ou, ainda, como desempenham suas funções como mediadores simbólicos neste cenário? A partir de que perspectivas, espaços sociais, agências, gestos e atos performativos transmitem seus critérios e justificativas? Até que ponto suas opções contribuíram para caracterizar a “representação vigente do patrimônio” cultural arquivístico brasileiro? Refletem a busca pela compreensão de como se dá o processo de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil em suas dimensões políticas, técnicas e sócio-históricas. Perpassando pela identificação dos agentes sociais responsáveis pela patrimonialização de arquivos no Brasil (mediadores simbólicos, sobretudo representados por instituições); pelo mapeamento das práticas (gestos e atos) e seus entendimentos a respeito deste processo; entendimento das dinâmicas de cooperação e concorrência no contexto desta legitimação, a compreensão do resultado do processo de patrimonialização junto aos arquivos, e por fim, a construção de um debate crítico sobre tal processo, analisando-o à luz da importância que o Brasil dá ao seu patrimônio cultural como um todo.

O livro é dividido em oito capítulos, O primeiro traz notas teórico-metodológicas que complementam a introdução; O segundo, apresenta os primeiros agentes institucionais, os discursos inaugurais em um recorte temporal de aproximadamente um século; O terceiro, debate os projetos, as ações e o quadro geral da patrimonialização nos anos que precederam à instituição da política estatal de proteção aos bens culturais no Brasil; O quarto, analisa a criação e o impacto do Departamento Administrativo do Serviço Público no processo de constituição do patrimônio cultural arquivístico brasileiro. O quinto, analisa a ascensão de José Honório Rodrigues à direção do Arquivo Nacional e a “pulsão” modernizante dela decorrente. O sexto, aprofunda o “debate sobre a importância dos arquivistas para a conformação patrimonial e analiso, ainda, a movimentação impositiva que buscou aproximar os arquivos da política nacional de cultura gestada pela ditadura civil-militar”; O sétimo reflete sobre as décadas mais recentes do processo de patrimonialização cultural de arquivos no país e a aproximação da SPHAN e a proteção do patrimônio arquivístico brasileiro; O último capítulo propõe um “esquema geral de interpretação” da patrimonialização cultural de arquivos no país.

De maneira que o autor propõe ao longo do livro um aprofundamento da teoria de Nestor Canclini de que existem duas vias interpretativas de um bem patrimonial: a primeira relacionada à investigação sobre a "essência de determinado bem patrimonial" e a segunda relacionada aos "usos do patrimônio". Cougo Junior (2023, p. 26) utiliza Davallon (2014) e Poulot (2015) para aprofundar seu conceito de patrimonialização, trazendo a noção “que o processo de significação do patrimônio como um fato social que deve ser compreendido através do relacionamento entre quem patrimonializa (no presente) e quem usufrui do objeto patrimonializado (no futuro)”. Ainda acerca dos apontamentos teóricos e metodológicos, deixa claro o conceito de arquivos como “o conjunto de documentos arquivísticos escritos (independentemente de seus suportes), transformados em “semióforos” através de processos que se transmutam ao longo do tempo, constitui o conceito de arquivo no sentido empregado ao longo desta tese (COUGO JÚNIOR, 2023, p. 28).

Munido destes conceitos, o autor opta por sistematizar as alterações/readequações e os percalços que encontrou para a construção da tese, destacando principalmente, “as dificuldades com os "arquivos da Arquivologia" que se perderam ou foram inviabilizados”. Tal preâmbulo se faz necessário tendo em vista que ele aponta que a coleta das fontes primárias e a escrita da tese ocorreram concomitantemente em uma parcela significativa do tempo.

Cougo Júnior produziu uma obra de fôlego. Ao longo de 391 páginas discorreu sobre o percurso histórico que acarretou no cenário atual acerca da patrimonialização dos arquivos. Mais de duzentos anos de história do Brasil foram analisados, desde a vinda da corte em 1808 até o ano de 2018. Primeiramente, destacamos a clareza da obra, seus objetivos e principalmente o traçado teórico e metodológico. Tais elementos são fundamentais para compreensão da proposta. As retomadas que o autor apresenta nos capítulos possibilitam ao leitor manter no horizonte a proposta do livro.

Se propor a responder questões, como se configura a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil? Quem são os agentes institucionais do processo? Que papéis desempenham? Como eles se comportam enquanto ativadores deste patrimônio? Ou, ainda, como desempenham suas funções como mediadores simbólicos neste cenário? A partir de que perspectivas, espaços sociais, agências, gestos e atos performativos transmitem seus critérios e justificativas? Até que ponto suas opções contribuíram para caracterizar a “representação vigente do patrimônio” cultural arquivístico brasileiro? – é adentrar em questões que estão profundamente ligadas a constituição da sociedade brasileira. Neste sentido, suas reflexões

contribuem para a compreensão do cenário atual da Arquivística / Arquivologia, os avanços das últimas décadas, os retrocessos com as políticas governamentais não progressistas, e a importância que os Arquivos Históricos, Bibliotecas e Institutos Históricos para as pesquisas, principalmente a partir da “(...) a Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes” (OLIVEIRA, 2003, p. 15).

Destaca-se ainda o excerto de Mario Rufer (página 29 do livro): “o ponto que aqui perseguimos não é ‘quem arquivava o quê’, mas sim por meio de quais procedimentos implícitos o ato de arquivar se investe de legitimidade como prova de uma experiência” (2016, p. 170), que sistematiza uma proposta interessante de atuação para os gestores de espaços “arquivísticos”. Neste sentido, trazemos a reflexão de Nedel (2013, p. 140) afere que “os arquivos transcendem as intenções probatórias ou monumentalizantes de produtores e/ou donatários, e adquirem funções e feições inauditas. Retirados de sua existência ordinária, eles ressurgem em novos contextos como depositários da experiência histórica e das propriedades distintas de uma coletividade” para complementar o excerto acima.

A proposição de se preservar algo pressupõe que ela ocorre a partir do esquecimento de outro elemento, de maneira que a compreensão dos Arquivos como dispositivos que transformam lembranças individuais em lembranças coletivas (KETELAAR, 2019, p. 245), e o autor é preciso ao reiterar essa perspectiva, tendo em vista que talvez nunca se tenha enfrentado tamanhos embates sobre a hegemonia da narrativa histórica e dos símbolos nacionais.

A utilização do conceito de gestos de Patrimonialização (DAVALLON, 2014), com destaque para a “declaração oficial” que transforma um objeto de uso comum em um bem cultural de interesse coletivo, reforça a complexidade da gestão e da consolidação de uma proposta de patrimonialização. O simbólico é afetado pelos interesses dos grupos que ditam as regras durante determinado período. O autor aponta que não existe, portanto, legitimidade suficiente.

Em que se pese, que a patrimonialização de um determinado bem, pode se tornar um fardo caso não venha acompanhado, por exemplo, de dotação orçamentária ou rubrica específica para prever / executar reparos, restaurações e demais necessidades de manutenção e ocupação.

O autor apresenta um Esquema geral de interpretação sobre a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil por meio de uma figura, que possibilita visualizar a lógica processual desenvolvida a partir da sistematização de seus estudos que acarretaram a obra. A complexidade se dá muito mais pelas descontinuidades das ações previstas em lei e pela composição endógena das comissões que analisam e deliberam sobre o que vai ser patrimonializado ou não.

A opção do autor por traçar e percorrer a historicidade acerca dos Arquivos ao longo de dois séculos, num primeiro momento pareceu demasiadamente amplo (O próprio afirma isso), todavia é um exercício que proporciona aos que tem envolvimento com o tema, seja no papel de gestor ou pesquisador, compreender / responder os questionamentos diários que surgem, principalmente os relacionados ao que preservar e por que preservar. Bem como enfrentar aquilo que o autor chama de “patrimonialização por pressão, interesse específico ou entendimento particular”.

Em suma, é uma leitura que contribui para a compreensão do percurso da patrimonialização dos Arquivos no Brasil e uma fonte preciosa de informações para pesquisadores e gestores que buscam se aprofundar na área.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **Patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. 391 p.

DAVALLON, Jean. *Une patrimonialisation des archives? L’archive dans quinze ans, université catholique de Louvain*, Louvain-la-Neuve, abr. 2014.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**, Salvador, EDUNEB, 2003.

KETELAAR, Eric. As viradas e as voltas arquivísticas. *In: GILLILAND, Ana J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.). Pesquisa no multiverso arquivístico*. Salvador: 9Bravos, 2019.

NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consulta: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. *In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.) Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2013.